

**CIBELLE ANNE SANTOS SILVA**

**EDUCAÇÃO FÍSICA NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Monografia apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Inclusão/Educ. Especial.  
CEAD - Centro de Educação a **Distância**

Orientadora Cláudia Cibeles B. Cobalchini

**PONTAL DO PARANÁ**  
**2005**

“ Quem rega a semente espera que  
sua flor seja a mais bela e a mais  
perfeita do jardim.  
O carinho é o mesmo, a atenção  
é a mesma, o amor é o mesmo...  
mas cada semente é uma semente:  
forte, frágil, feia, bonita, perfeita  
ou com defeitos.  
Cada semente é uma semente,  
mas nunca deixará de ser a  
nossa esperança de flor”

(Autor desconhecido)

Agradeço a Deus, pela força e graça com que me contemplou  
Agradeço à minha família, pelo apoio e carinho constantes.  
Agradeço aos meus amigos e companheiros pela amizade e pelo apoio.

Dedico ao meu filho Lucas, que é a razão da minha vida,

E à minha querida amiga Sônia, que me encorajou.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>PROCESSO HISTÓRICO GLOBAL DA INCLUSÃO</b> .....	3
1.1 INCLUSÃO NO BRASIL.....	8
1.2 ASPECTOS CONCEITUAIS E SOCIAIS DOS ALUNOS ESPECIAIS.....	10
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A EDUCAÇÃO FÍSICA SOB O ENFOQUE DA INCLUSÃO</b> .....	19
2.1 O ESPORTE E O LAZER PARA O ALUNO ESPECIAL.....	23
2.2 INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO ATRAVÉS DO JOGO.....	25
2.2.1 O SIGNIFICADO DO JOGO E DO BRINQUEDO NO PROCESSO INCLUSIVO.....	25
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>DESPORTO E DEFICIÊNCIA</b> .....	34
3.1 MODALIDADES ESPORTIVAS.....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	43

## RESUMO

Muitos profissionais da educação, têm ainda a idéia caótica de que para se trabalhar com inclusão, basta apenas uma boa dose de carinho e compreensão, uma vez que os mesmos estão sendo inseridos nas escolas públicas brasileiras sem o mínimo de preparo destes profissionais. Mas trabalhar com inclusão requer uma mudança muito profunda não somente por parte dos professores e demais atores da educação escolar, como também uma gama enorme de outras mudanças que vão desde o repensar das ações até as mudanças no espaço físico, propriamente dito. Uma das condições necessárias para que as escolas possam, efetivamente, trabalhar com a inclusão é a flexibilização dos critérios de admissão e de permanência nos ambientes escolares, pois a inclusão não se restringe apenas à inserção de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular. Dentro desta perspectiva espera-se pois que as escolas fundamentem seus trabalhos educacionais direcionadas por uma visão que contemple uma educação para a cidadania global, livre de quaisquer preconceitos, a qual se dispõe a reconhecer e a valorizar as diferenças e a incompletude e a singularidade dos seres humanos. Isso implica dizer que é preciso desenvolver em todos os trabalhadores da instituição escolar o espírito de solidariedade, o respeito e o desejo de se trabalhar sob os moldes da parceria e da coletividade e, em particular, as aulas de educação física devem ser uma grande aliada para o desenvolvimento pleno dos alunos com necessidades especiais, visto que o seu objeto de estudo é a motricidade humana, área esta que auxiliará não somente no que diz respeito ao desenvolvimento físico, mas também o intelectual, emocional e social do indivíduo, quando adequa metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência no respeitando suas diferenças individuais.

## INTRODUÇÃO

O presente documento é resultado de uma pesquisa de caráter estritamente bibliográfico, com o objetivo de conhecer e compreender a importância do trabalho da Educação Física enquanto disciplina curricular obrigatória sob o enfoque da Educação Inclusiva.

O estudo foi feito através da leitura de alguns autores com grande propriedade do assunto, os quais foram de fundamental importância para a colheita de informações que lhe deram corpo. Está dividido em três capítulos distintos, a saber:

O primeiro capítulo diz respeito ao processo histórico da inclusão em que se pode observar a árdua batalha dos portadores de necessidades especiais para conquistarem o respeito e a dedicação que merecem ter por parte, não somente de seus familiares, mas também dos educadores e de toda a sociedade, em geral.

Ainda na Grécia Antiga, pessoas que apresentavam qualquer tipo de deficiência, eram vistas como uma ameaça à sociedade e sofriam os piores castigos como apedrejamento e, muitas vezes, eram levadas à morte. No século XIX e início do século XX a esterelização foi usada como método para evitar a reprodução desses “seres imperfeitos”. O Nazismo promoveu a aniquilação pura e simples das pessoas com deficiência, porque não correspondiam à “pureza” da raça ariana.

Após a 2ª Guerra Mundial, os direitos humanos começaram a ser valorizados. O ano de 1981 foi designado pela ONU – Organização das Nações Unidas, de Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência no mundo todo.

Segundo a UNESCO – (1977, p. 5-6), a humanidade se divide em cinco fases, considerando o tratamento aos portadores de necessidades especiais: a da filantropia, a “assistência pública” a dos direitos fundamentais, a da igualdade de oportunidades e a do direito à integração que é a que se vive atualmente.

No segundo capítulo, a Educação Física é compreendida como uma área com a responsabilidade de desenvolver o ser humano através da atividade física, com uma contribuição educacional relevante a todos os indivíduos, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem-estar e saúde. Ela pode auxiliar a

desenvolver a consciência coletiva, a criatividade, a criticidade, o significado de cooperação e o sentido de cidadão.

A Educação Física para os alunos com necessidades educativas especiais é diferenciada no sentido em que buscar fornecer condições reais para o atendimento a essas necessidades nos seus múltiplos aspectos. A Educação Física Adaptada tem como objeto de estudo a motricidade humana para os portadores de necessidades especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais, portanto utiliza de práticas pedagógicas que deverão conter uma aprendizagem ativa e cooperativa para a valorização das capacidades. Tais práticas estão contempladas também nas atividades competitivas ou não dos jogos, visto que eles são, importantes para o processo de reabilitação, possibilitando assim, a cada esquema ou estrutura explorar seu domínio e solidificar-se para originar novos resultados.

O terceiro capítulo faz referência ao fato de que o portador de deficiência física tem poucas oportunidades de se movimentar, jogar ou praticar esportes, quer seja em uma escola ou fora dela. As experiências motoras dos deficientes físicos podem ser ampliadas através do conhecimento de novas possibilidades de movimento, novos jogos adaptados às suas limitações e potencialidades. Neste caso, os jogos auxiliam no amadurecimento cognitivo, social e melhora a qualidade de vida do indivíduo.

O processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais não depende somente de uma reforma de pensamento de todos os agentes que participam do sistema educacional do país, mas também, no que concerne à escola em si, de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e ministrar uma educação plural e democrática. Existem ainda muitas barreiras a serem vencidas até que se possa dizer que os vários sistemas educacionais do mundo todo está realmente voltado para uma educação inclusiva que contempla a solidariedade, o respeito e a ética humana nas menores empreitadas, considerando que não haverá nenhuma construção sólida sem o comprometimento sério de todos os que, de alguma forma, estão envolvidos com a educação.

## **CAPÍTULO I**

### **PROCESSO HISTÓRICO GLOBAL DA INCLUSÃO**

A escola como instituição que oferta educação sistematizada, vem sendo, ao longo dos anos alvo de muitas discussões entre os teóricos do assunto, uma vez que ela tomou novos rumos no acompanhamento das mudanças sociais e políticas no nível global e carece ainda de realizar muitas outras modificações qualitativas que venham a interferir positivamente na vida de seus educandos e, conseqüentemente, na de seus educadores

Ocorre que para se pensar em uma escola de qualidade para todos, incluindo alunos e professores, através da perspectiva histórica sócio-cultural significa levar em consideração dentre outros fatores, a visão ideológica da realidade construída sócio e culturalmente por aqueles que são responsáveis pela educação. Julgamentos de "deficiência", "retardamento", "privação cultural" e "desajustamento social ou familiar" são todos construções culturais elaborados por uma sociedade de educadores que privilegia uma só fôrma para todos os tipos de bolos. Não é raro se ver dentro do ambiente escolar a visão estereotipada de que crianças vivendo em situação de pobreza e sem acesso a livros e outros bens culturais são mais propensas a fracassar na escola ou a requerer serviços de educação especial. Isto porque essas crianças não cabem na fôrma construída pelo ideal de escola da classe média, ou ainda, porque essas crianças não aprendem do mesmo jeito ou na mesma velocidade esperada por educadores e administradores. Estereótipos são resultados da falta de informação e conhecimento que educadores e administradores tem a respeito da realidade social e cultural, como também do processo de desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças atendidas pelas escolas. Aceitar e valorizar a diversidade de classes sociais, de culturas, de estilos individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religiões e etc, é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os

alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. Exige também uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas de nível básico

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder as necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação na virada do século.

Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes sendo que uma delas é exercer a função de educar para a vida. Entende-se que todas as crianças tem direito à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e onde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

No passado, a sociedade freqüentemente colocava obstáculos à integração das pessoas deficientes. Receios, medos, superstições, frustrações, exclusões, separações estão presentes desde os tempos da antiga Grécia - em Esparta, onde essas pessoas eram jogadas do alto de montanhas, ou em Atenas, onde elas eram abandonadas nas florestas.

Adotando esta atitude de "longe dos olhos, longe do pensamento", Platão chegou mesmo a ponto de afirmar, quando dizia como deveria ser a sociedade ideal:

As mulheres dos nossos militares são pertença da comunidade, assim como os seus filhos, e nenhum pai conhecerá o seu filho e nenhuma criança os seus pais. Funcionários preparados tomarão conta dos filhos dos bons pais, colocando-os em certas enfermarias de educação, mas os filhos dos inferiores, ou melhor, quando surjam deficientes ou deformados, serão postos fora, num lugar misterioso e desconhecido, onde deverão permanecer. (NEGRINI, 1994, p. 36)

Na Idade Média, eram freqüentes os apedrejamentos ou a morte nas fogueiras da Inquisição das pessoas com deficiência, pois eram consideradas como possuídas pelo demônio.

No séc. XIX e princípios do séc. XX a esterilização foi usada como método para evitar a reprodução desses "seres imperfeitos". O nazismo promoveu a aniquilação pura e simples das pessoas com deficiência, porque não correspondiam à "pureza" da raça ariana.

Paralelamente a estas atitudes extremas de aniquilamento, outras atitudes eram adotadas, como o isolamento destas pessoas em grandes asilos (como na Inglaterra), além de comportamentos marcados por rejeição, vergonha e medo.

Foi apenas a partir da Revolução Francesa e das suas bandeiras de liberdade, igualdade e fraternidade que estas pessoas passaram a ser objeto de assistência (mas ainda não de educação) e entregues aos cuidados de organizações caritativas e religiosas.

Após a 2ª Guerra Mundial, os direitos humanos começaram a ser valorizados; surgem os conceitos de igualdade de oportunidades, direito à diferença, justiça social e solidariedade nas novas concepções jurídico-políticas, filosóficas e sociais de organizações como a ONU - Organização das Nações Unidas, a UNESCO, a OMS - Organização Mundial de Saúde, a OIT - Organização Internacional do Trabalho e outras. As pessoas com deficiência passaram a ser consideradas como possuidoras dos mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos e, entre eles, o direito à participação na vida social e à sua conseqüente integração escolar e profissional.

Segundo a UNESCO (1977, p. 5-6), pode-se dividir a história da humanidade em cinco fases, de acordo com o modo como os deficientes foram tratados e considerados:

1. Fase filantrópica - em que as pessoas com deficiência são consideradas doentes e portadoras de incapacidades permanentes inerentes à sua natureza. Portanto, precisavam ficar isoladas para tratamento e cuidados de saúde;

2. Fase da "assistência pública" - em que o mesmo estatuto de "doentes" e "inválidos" implica a institucionalização da ajuda e da assistência social;

3. Fase dos direitos fundamentais, iguais para todas as pessoas, quaisquer que sejam as suas limitações ou incapacidades. É a época dos direitos e liberdades individuais e universais de que ninguém pode ser privado, como é o caso do direito à educação;

4. Fase da igualdade de oportunidades - época em que o desenvolvimento econômico e cultural acarreta a massificação da escola e, ao mesmo tempo, faz surgir o grande contingente de crianças e jovens que, não tendo um rendimento escolar adequado aos objetivos da instituição escolar, passam a engrossar o grupo das crianças e jovens deficientes mentais ou com dificuldades de aprendizagem;

5. Fase do direito à integração - se na fase anterior se "promovia" o aumento das "deficiências", uma vez que a ignorância das diferenças, o não respeito pelas diferenças individuais mascarado como defesa dos direitos de "igualdade" agravava essas diferenças, agora é o conceito de "norma" ou de "normalidade" que passa a ser posto em questão.

Integração significa ser participante, ser considerado, "fazer parte de", ser levado a sério e ser encorajado. A integração requer a promoção das qualidades próprias de um indivíduo, sem estigmatização e sem segregação. Realizar pedagogicamente a integração significa, seja no jardim de infância, na escola ou no trabalho, que todas as crianças e adultos (deficientes ou não) brinquem, aprendam, trabalhem de acordo com o seu nível próprio de desenvolvimento em cooperação com os outros. (STEINEMANN, 1994).

ROMEU K. SASSAKI afirma que:

(...) a integração social, afinal de contas, tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade. (SASSAKI, 1997)

Continuando, SASSAKI mostra que a prática da integração social vem ocorrendo, desde a década de 80, de três formas:

1. pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum, entre outros;

2. pela inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam de alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum, a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não-deficientes;

3. pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum e horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.

Embora estas formas representem um avanço em relação às atitudes do passado, de segregação, ainda não respondem plenamente aos anseios e direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, pois elas pouco exigem da sociedade em termos de modificação de comportamentos, leis, adaptações arquitetônicas e outras. O esforço da integração fica quase que exclusivamente sobre os ombros das Pessoas Portadoras de Deficiência

O ano de 1981 foi designado, pela ONU - Organização das Nações Unidas, de Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência e assinalou um marco fundamental na luta pelos direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência no mundo todo. Na esteira do conceito de integração vieram outros, como os de autonomia, independência, empowerment e equiparação de oportunidades, que podem ser considerados passos em direção ao conceito atualmente vigente, de inclusão social.

Nesta definição está implícito o princípio da igualdade de direitos:

“O princípio de direitos iguais implica que as necessidades de cada um e de todos são de igual importância e que essas necessidades devem ser utilizadas como base

para o planejamento das comunidades e que todos os recursos precisam ser empregados de tal modo que garantam que cada pessoa tenha oportunidade igual de participação" (ONU, 1981)

Na seqüência destes movimentos e conquistas é elaborado o conceito de inclusão social, processo que funciona em mão dupla: a sociedade e os segmentos até então excluídos (inclusive o das Pessoas Portadoras de Deficiência) buscam equacionar soluções e alternativas, para garantir a equiparação de oportunidades e de direitos. Os valores que norteiam este processo são: A aceitação e a valorização da diversidade;

## 1.1 INCLUSÃO NO BRASIL

No Brasil, o Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 considera pessoa portadora de deficiência a que se enquadra em uma das seguintes categorias:

**Deficiência Física:** "Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções",

**Deficiência Auditiva:** "Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis" que vão de 25 decibéis (surdez leve) à anacusia (surdez profunda);

**Deficiência Visual:** "Acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20 (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações";

**Deficiência Mental:** "Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações

associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade";

**Deficiência Múltipla:** "É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam conseqüências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa".

Uma das possibilidades de ocorrência de deficiência múltipla é a surdo-cegueira, na qual a pessoa tem uma perda substancial de visão e audição, de tal forma que a combinação das duas causa muita dificuldade no dia-a-dia, demandando o emprego de metodologias próprias para comunicação e aprendizagem.

No outro extremo da escala das habilidades intelectuais estão as pessoas que são consideradas superdotadas ou com altas habilidades, que se caracterizam por um notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados:

- Alta capacidade intelectual geral;
- Aptidão acadêmica específica;
- Pensamento criativo ou produtivo;
- Capacidade de liderança;
- Talento especial para artes;
- Capacidade psicomotora

A fim de conceituar o que vem a ser deficiência a (OMS, 1980) afirma o seguinte: "No domínio da saúde, deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica". Dizer que um indivíduo "tem uma deficiência" não implica, portanto, que ele tenha uma doença nem que tenha de ser encarado como "doente".

Trazendo este conceito para o contexto da inclusão dos alunos com deficiências, podemos perceber que o aspecto que adquire maior relevância neste cenário são as desvantagens funcionais que eles apresentam. Nem sempre a comunidade escolar está preparada para lidar com elas e não sabem o que fazer. Isso cria um desconforto na interação social, fazendo com que elas sejam rejeitadas.

## **1.2 ASPECTOS CONCEITUAIS E SOCIAIS DOS ALUNOS ESPECIAIS**

Quando se reflete e se discute sobre os problemas da pessoa portadora de deficiência, algumas questões são colocadas, para que se entenda e avalie a extensão desses problemas.

Faz-se necessário que se discuta, as diferenças, as desigualdades nas relações estabelecidas entre os homens, em nossa sociedade, para que se possa compreender as questões que envolvem a deficiência. Embora perante a lei são todos iguais, pode-se observar que todos os homens são diferentes na crença, no poder, nas habilidades e capacidades, e isto deve ser levado em consideração.

Por que será então, que as pessoas deficientes, que possuem limitações em algumas atividades, estão à margem da sociedade? Quais os mecanismos que as excluem?

Responder a essas perguntas, implica em analisar alguns conceitos sociais sob a luz da história, para que se inicie uma melhor compreensão desses aspectos da exclusão

Conforme BRASIL ( 1992 ), o termo “ pessoa portadora de deficiência” é o mais usado na área e foi adotado pela ONU, caracterizando que a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa.

No contexto escolar, o termo utilizado passa a ser “ pessoas portadoras de necessidades especiais “, mas não é a forma de designá-lo que irá colocá-lo em uma melhor situação, mas é necessário entender que “...os estigmas e as discriminações são mecanismos gerados historicamente em cada cultura ” ( CARMO, 1995:12 )

A pessoa portadora de deficiência se faz presente na sociedade desde os mais remotos tempos. O tratamento dado a estas pessoas, variava conforme os valores e normas nas diferentes culturas.

Nos primórdios da história, foram registrados dois tipos básicos de comportamento com pessoas portadoras de deficiência, idosos e doentes: uma atitude de tolerância, apoio assimilação e uma outra de eliminação, destruição e menosprezo ( SILVA, 1986 ). A maioria das tribos eram caracterizadas pela necessidade de sobrevivência e de superstição e consideravam os deficientes como bons ou maus espíritos. É necessário que se entenda que o estilo de vida nômade da maioria das tribos, não somente dificultava a aceitação dessas pessoas, como também colocava em risco todo o grupo ( CARMO, 1994 )

Na Grécia e Roma ( 500 a. C e 400 d. C ), a preocupação com a capacidade física dos soldados baseava-se na necessidade de proteção do Estado e de inimigos externos. Desta forma, o estado de guerra constante, fez com que esses povos construíssem a imagem de corpos fortes para combate. Apenas as amputações decorrentes das guerras eram consideradas e os homens honrados como heróis. Nesse período, ainda persiste a superstição dos bons e maus espíritos e as crianças que nasciam imperfeitas fisicamente eram assassinadas. Os outros tipos de deficiência eram discriminados e as crianças deixadas e abandonadas à própria sorte.

No início do cristianismo a forma de compreensão da pessoa deficiente sofre um grande impacto pela ênfase dada pelos ensinamentos religiosos.

Nesta fase, os indivíduos com deficiência passam a ser “guardados “ em casas, vales, porões e principalmente sobre a proteção dos monastérios, ou seja, dos padres. Neste período, ainda persiste a idéia de possessão demoníaca, que terminava em longas sessões de exorcismo.

Durante o século XVI e XVII, mesmo a influência de estudos científicos, principalmente, da medicina, pessoas com deficiência física foram perseguidas e pessoas com doença mental foram torturadas.

O tratamento das pessoas deficientes, no século XVIII, foi evidentemente influenciado pela transição das formas de pensar, passando da superstição e hostilidade para compaixão e pena. Inicia-se então o interesse de educar e reabilitar esses indivíduos, surgindo as primeiras instituições como: hospitais, escolas para cegos e surdos.

O século XX é marcado por um período de reformas sociais, guerras, surgindo interesses governamentais em assuntos referentes às pessoas portadoras de deficiência, especialmente no campo da educação, psicologia e medicina.

Em 1983 as Nações Unidas decretaram a “Década das Pessoas Portadoras de Deficiência”, BRASIL (1992). Foi criado um documento, intitulado: “Programa de Ações Mundiais para as Pessoas Portadoras de Deficiência” que, em seu parágrafo 27, diz:

Das pessoas com deficiência deve-se esperar que desempenhem seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações como adultos. A imagem das pessoas com deficiência depende de atitudes baseadas em fatores diferentes, que podem constituir a maior barreira à participação e à igualdade. Deveríamos ver a deficiência pela bengala branca, as muletas, os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas, mas não pela pessoa. É necessário centrar-se sobre a capacidade das pessoas com deficiência e não em suas limitações. (BRASIL, 1992:9).

No contexto social as pessoas portadoras de deficiência encontram inúmeros problemas, entre eles: a falta de atendimento educacional e de saúde especializados; o desemprego; a discriminação, o preconceito; a dificuldade de acesso aos locais públicos, seja pela falta de transporte adequado ou por barreiras arquitetônicas.

Para buscar essa igualdade de oportunidades, o portador de deficiência tem que enfrentar, no seu cotidiano, o mundo físico e as outras pessoas. O mundo físico este criado pelo homem para o homem máxima “normal”, é o ambiente e suas barreiras. As outras pessoas, são as que com seus costumes, valores, atitudes e expectativas sociais

excluem por preconceito, desconhecimento ou desvalorização a pessoas portadora de deficiência do convívio e dos benefícios que a sociedade oferece. Tal situação pode ser denominada de segregação que é uma forma de exclusão tão antiga quanto a humanidade, caracterizada pela ação de separar ou isolar no meio de uma sociedade as minorias.

Paralelo à segregação, existe um mecanismo presente na sociedade que RIBAS ( 1983 ) trata como “ideologia de integração” e que “consiste em apregoar que todos os cidadãos são iguais e que por isso ninguém deve ser excluído do convívio social”.

A integração do deficiente na sociedade é analisada de duas formas ,segundo ( CARMO, 1995:8): “há quem pense que os deficientes estão fora da sociedade e que, portanto, precisam ser integrados; há quem considere que eles nunca estiveram fora da sociedade. O que precisam não é de integração e, sim, que os processos sociais que têm contribuído para afasta-los sejam destruídos ou superados “.

A palavra integrar significa, acima de tudo, oferecer oportunidades iguais, apesar das diferenças; oportunidades que significam basicamente ter acesso à educação, `a saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à atividade física.

A integração segundo BRASIL ( 1994 ), é conceituada como “ um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacionai, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade”. Enquanto princípio, está calcada nos seguintes valores democráticos: igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. A integração ainda ocorre de três formas:

- Pela inserção pura e simples da pessoa portadora de deficiência para conviver na sociedade;
- Pela inserção com alguma adaptação;
- Pela inserção, porém em ambientes separados.

O momento que ora precisamos é de transição entre a integração e o que se denomina de inclusão. A inclusão segundo SASSAKI (1997), é “ a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa, com necessidades especiais, buscar seu

desenvolvimento e exercer cidadania”. A inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive do próprio portador de necessidades especiais, que contribui para um novo tipo de sociedade. Uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação

### **1.3 INCLUSÃO SIM, EXCLUSÃO NÃO ou INCLUIR PARA NÃO EXCLUIR**

Para se trabalhar com inclusão, não basta apenas carinho e compreensão por parte dos professores e demais funcionários da instituição escolar, é preciso que os mesmos compreendam que deve haver uma mudança tremenda no modo de comportar-se perante os alunos com necessidades especiais no que concerne, inclusive à mudança de atitudes e valores. E não somente isso, mas é necessário também uma revisão das normas e leis que regem o sistema escolar e as escolas, somando-se a isso uma remodelação física do prédio que possa, de fato, amparar e auxiliar no desenvolvimento de tais crianças. Para que isso aconteça é preciso que os profissionais de ensino de sala de aula tenham um mínimo de preparo para o trabalho.

Este preparo significa dizer que os professores necessitam de cursos de capacitação em inclusão para derrubarem as barreiras do preconceito, reconhecer e valorizar as diferenças de cada ser humano, com a incompletude que lhe é inerente. É preciso desenvolver em todos os que trabalham na instituição escolar a solidariedade, o respeito e o desejo de se trabalhar no coletivo.

Não seria preciso mencionar aqui que há uma necessidade premente de se reformular as políticas educacionais em muitos países como também no Brasil.

As escolas portanto, devem se preparar para incluir os alunos com necessidade de educação especial em trabalho de parceria com a família que é a base de toda educação, contemplando a solidariedade, o respeito e a ética humana.

São muitos os problemas enfrentados pelo aluno com necessidades especiais, pois a sociedade em geral é bastante seletiva, dando preferência, evidentemente aos mais bem sucedidos, embora algumas empresas no Brasil, estão já incluindo em seu quadro pessoal, pessoas portadoras de necessidades especiais.

No campo da educação, a inclusão envolve, segundo MITLER ( 2003, p.25 ), “um processo de reforma e reestruturação das escolas como um todo com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidos pela escola”. Infelizmente, porém, a escola, como parte integrante da sociedade, reflete em seu meio algum dos procedimentos e valores aprendidos na sociedade e para justificar a sua falta de competência acabam culpando a família, os governantes e o próprio sistema que lhes dificulta o trabalho com as crianças portadoras de necessidades especiais. A família, por sua vez, sem saber como lidar com essas dificuldades culpa também a escola, o sistema econômico que lhes possibilita educar melhor seus filhos e outras culpas mais.

Partindo destes fatos, quem perde é, evidentemente, a criança de necessidades especiais que não se desenvolvem, não tem o devido respeito dos demais e vive em sistema de segregação e isolamento. Para impedir que isto continue, a escola, instituição de responsabilidade governamental deve incluir uma política educacional que permita o atendimento específico a toda sua clientela, refazendo sua prática em que se inclui investigar a vida biopsicosocial do aluno, bem como realizar testes [para detectar suas dificuldades de aprendizagem, reorganizar as formas de agrupamento dos alunos na sala de aula, modificar seu sistema de valores, contemplando a diversidade cultural, étnica e de crenças. Um defeito ou um modelo centrado na criança é baseado no fato de seus pontos fortes ou fracos estão arraigados nela. Partindo deste ponto de vista para auxiliar a criança é preciso conhecer então, a natureza das suas dificuldades por meio de avaliações globais para fazer um diagnóstico baseado em tal análise.

Faz-se necessário que o professor e todos os integrantes da comunidade escolar – Diretores, equipes técnico – pedagógicas, professores e funcionários – estejam prontos a realizar cursos de capacitação, especialmente em Educação Especial, para

que desenvolvam em conjunto todo um trabalho de comprometimento com o avanço no desenvolvimento dessas crianças.

Para BLAMIRE, (1999) existem algumas diferenças entre integração e inclusão. “A integração significa preparar os alunos para serem colocados nas escolas regulares, o que significa dizer que eles estariam “ prontos “ para adaptá-los à escola ”. Para ele “a integração deve tornar as escolas regulares em escolas especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos das escolas especiais para o sistema regular de ensino, mesmo quando eles parecem não ser necessários “. A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termo de currículos, avaliação e pedagogia baseada em sistema de valores que faz com que todos se sintam bem vindos e celebra as diversidades que têm como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o nivelamento social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

Um obstáculo principal `a inclusão assenta-se na prática de exames, na avaliação e na classificação de crianças, prática esta que herdamos de gerações anteriores e que tem sido tradicionalmente usada para separar umas crianças de outras. Não se pode esperar atingir um currículo mais inclusivo ou escolas mais inclusivas a menos que também empreenda-se uma revisão fundamental do sistema de avaliação e seu impacto na vida das crianças e de sua família. Projetar um currículo acessível e uma referencia de avaliação é somente o primeiro passo para a inclusão.

O processo de trabalho em direção a uma sociedade inclusiva deve começar muito antes de a criança ir para a escola. As iniciativas voltadas para a primeira infância devem contemplar as seguintes questões:

- Quão inclusivo é o serviço?
- O serviço é planejado e realizado coletivamente?
- Que tipo de capacitação está disponível para os profissionais locais? Os pais ministram algumas dessas capacitações?
- Como sera avaliada a efetividade de um programa de intervenção precoce?

- Como os programas vinculam-se aos serviços pré-escolares locais para todas as crianças?
- Como o programa preparara a criança para a educação inclusiva?

Este é hoje o grande desafio. E faz parte desse desafio reduzir a pobreza e atingir a justiça social, visando aí o respeito aos direitos humanos universais.

Grupos diversos ( religiosos, de pais, associações, ONG's e líderes de comunidades e de negócios ) podem e devem ser grandes aliados das instituições educacionais. Tais iniciativas realizadas em muitas partes do mundo estão dando certo e estes agentes são também semeadores das idéias que contemplam a inclusão.

O processo de inclusão deve começar antes mesmo de a criança ir para a escola. Sua fundamentação repousa em uma sociedade em que pais e mães possam sentir-se apoiados tanto econômica como socialmente para cuidar da família e criar seus filhos da forma mais saudável possível, em todos os aspectos biopsicosociais.

Muitos fatores são desfavoráveis às dificuldades de aprendizagem: desordem familiar, falta de um teto para morar, separação entre pais e filhos, abusos que se cometem com crianças e adolescentes. Os alunos entram em processo de estresse e as escolas, em geral, pouco fazem por esses alunos, porque pouco conhecem, cientificamente falando, para lidar com tais problemas. Isto implica dizer que é fundamental encontrar novas formas de destruir barreiras entre as escolas e as famílias. Os pais precisarão sentir que podem contar com as escolas quando há problemas em casa: as escolas devem organizar-se de modo que isso se torne possível.

Para isso será preciso também que os governantes acionem mecanismos que busquem melhorias para todas as escolas e um deles é, evidentemente, liberar mais verbas para a contratação de especialistas na área de educação e saúde que terão um papel fundamental na revirada que urge nas escolas. Além disso será necessário investir na capacitação dos professores, preparando-os para lidarem com todos os alunos conjuntamente.

No Brasil, esta possibilidade está ainda distante de nós, uma vez que o Governo Federal pouco tem investido na educação.

Assim, tanto as famílias quanto as escolas, em geral, tem ainda muitas dificuldades em tratar das suas crianças e esta realidade só vai ser modificada quando governo e sociedade compreenderem que é preciso garantir o lugar e a permanência para todas as pessoas, sejam elas diferentes ou não.

## **CAPITULO II**

### **A EDUCAÇÃO FÍSICA SOB O ENFOQUE DA INCLUSÃO**

Pode-se compreender a Educação Física como uma área com a responsabilidade de desenvolver o ser humano através da atividade física, com uma contribuição educacional relevante a todos os indivíduos, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem-estar e saúde. Ela pode auxiliar a desenvolver a consciência coletiva, a criatividade, a criticidade, o significado de cooperação e o sentido de cidadão. A Educação Física escolar, sendo adaptada ou não, pode ser uma forma de proporcionar ao aluno uma oportunidade de realizar e aprender novos movimentos, de lazer e recreação, de aprendizagem de novos jogos e brincadeiras e também uma oportunidade de competição e integração com outros alunos, servindo a objetivos educacionais ligados a sua independência e aos contatos sociais. Destacamos que a Educação Física, enquanto área de atuação junto ao ser humano, deve ser flexível a ponto de atender a todos. Neste sentido, acredita-se que não é a Educação Física que muda, quando atua com um ou outro indivíduo, mas, sim, a postura do profissional, que mesmo em tese, deve estar preparado para atuar junto a todas as pessoas, sejam elas deficientes ou não.

Inicialmente é importante dizer que, a busca de uma escola inclusiva não limita-se a política nacional, mas a um fator mundial. Processo esse interrompido com diferentes intervenções políticas sociais, que ora são utilizadas de forma ditatorial, e ora que procuram buscar soluções para delinear algo novo com fundamentação nas bases escolares.

Os especialistas do assunto diagnosticam que a proposta de ensino inclusivo tem muitos adeptos, várias pessoas com objeção, e alguns adversários. Mas, consideram que o paradigma, vem deflagar uma reflexão político social e educacional, principalmente no que diz respeito a uma sociedade que tenha ações contra o preconceito.

O momento histórico em favor da integração da criança com deficiência, inicia nos países nórdicos quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação.

No Brasil, conforme descreve SAINT-LAURENT (1997), o movimento inicia-se na década de 80, tendo seu transcorrer histórico até os dias de hoje.

A efetivação ocorre na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, que a seguir desencadeia em Salamanca, na Espanha, em 1994, na Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais, a proposição de promover a Educação para Todos, analisando fundamentalmente, as mudanças de políticas necessárias para favorecer o enfoque de uma educação integradora, sobretudo às necessidades educacionais especiais.

A Declaração de Salamanca, cujos princípios norteadores são: o reconhecimento das diferenças, o atendimento as necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância da escola para todos e a formação de professores com a perspectiva de um mundo inclusivo, onde todos têm direito a participação na sociedade, em busca da realização do mais alto nível de democracia.

A escola inclusiva propõe um modo de se constituir um sistema educacional onde se considera as necessidades de todos os alunos e as mesmas são estruturadas em virtude dessa necessidade. A mudança de perspectiva educacional não se limita a beneficiar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia professores, alunos, pessoal técnico – administrativo e comunidade.

Outra abordagem interessante sobre inclusão é a do caleidoscópio. Esta imagem foi assim descrita: “O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado” MANTOAN (1999 )

Entende-se que por trás de quem manuseia o caleidoscópio emerge pessoas, pessoas que possui inseridos em seu ser aspectos do contexto político, econômico,

social, cultural e educacional que podem ou não propiciar a concretização da escola para todos em nosso sistema social e educacional.

Portanto, travar um embate contra uma sociedade que ainda possui características excludente e separatista, que ainda marca a eficiência e a competição, e que traz consigo o estigma segregacionista faz-se necessário. É necessário considerar as diferenças como algo inerente às relações humanas, é respeitar, aceitar e valorizar as limitações de cada ser humano como cidadão de nosso meio social.

Para compreender e reconhecer as diferenças, identificar que o tempo não é igual para todos, e que todos têm direitos, é necessário que se abandone os rótulos, as classificações, os conceitos existentes, e os preconceitos formulados. É refletir e concretizar ações em busca do exercício pleno da cidadania de todo e qualquer indivíduo. É ultrapassar a tradição conteudista, onde a transmissão de conhecimentos científicos estabelecem-se como prontos e inquestionáveis, é considerar que os alunos não são “tábuas-rasas”.

Considera-se a alteridade como pleno em nossa apropriação do saber, em nossas práticas de ensino e que a heterogeneidade diz respeito ao “eu” e o “outro”, a “nós” e ao “nosso” mundo, enquanto processo de um constante transformar.

A educação inclusiva implica na criação de alternativas metodológicas que contenha em seus princípios a operacionalização de meios para proporcionar a compactuação das experiências tanto individuais, como coletivas.

A inclusão é igualmente um motivo que leva ao aprimoramento da capacitação profissional de professores, constituindo um motivo para que a escola se modernize em prol de uma sociedade a qual não deverá haver espaço para preconceitos, discriminação, barreiras sociais e/ou culturais.

Admite-se que a natureza conflitante do campo de formação profissional justifica-se pelo fato de a própria sociedade apresentar tendências contraditórias, mas faz-se necessário legitimar a estrutura das competências sobre a prática docente.

E a Educação Física / Educação Física Adaptada? Será que a mesma vem acompanhando o processo de evolução das novas tendências educacionais?

Educação Física Adaptada “é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais” DUARTE e WERNER (1995 )

Ao emergir nesse universo, rebusca-se momentos históricos onde a Educação Física, de origem higienista e militarista, é também, inicialmente, demarcada por uma ordem técnica, de caráter fortemente biológico e desportivo. CASTELLANI FILHO (1988) entre outros, discute esse aspecto, apontando para a necessidade de analisá-la criticamente, e contextualizadamente, uma vez que a busca pela eficiência e pelo rendimento, acabam por privilegiar uma camada de sujeitos aptos ao exercício e ao esforço físico intensivo.

Considera-se que o processo de transformação na Educação Física também tem o transcurso evolutivo que percorre de forma paralela, podendo ser constatadas modificações desde o âmbito da nomenclatura, até as formas metodológicas de trabalho, a qual muitas lutas e modificações também tem sido realizadas para uma conscientização desse novo paradigma social.

Sente-se a necessidade de proporcionar maiores subsídios teóricos e práticos, para respaldar a ampliação nesse contexto de conhecimento, pois identifica-se que muitos se mantêm ansiosos por não possuir muito claro sobre a forma do como desenvolver atividades no paradigma em questão. Principalmente quando reflete-se que além da concepção na promoção de mudança no ensino para a formação de futuros seres humanos, deve-se construir ações especialmente nas relações com o mundo.

Portanto vale ressaltar e reforçar que as práticas pedagógicas deverão conter uma aprendizagem ativa e cooperativa para a valorização das capacidades. Somente assim será possível buscar novos instrumentos de ações pedagógicas para uma práxis refletiva em busca da autonomia do ser humano.

Agir nesse tema paradigmático é permear no repensar sobre conceitos, preconceitos, nos valores políticos e sociais, é mergulhar na organização e reorganização em busca do direito de todo ser humano. Mesmo sabendo que o desfrutar da sombra frondosa de uma árvore dar-se-á muito mais tarde. O importante é reconhecer que está-se semeando em diferentes terrenos, onde algumas sementes florescerão e outras não; mas que as copas das que florescem fornecerão frutos.

## **2.1 O ESPORTE E O LAZER PARA O ALUNO ESPECIAL**

Na última década o movimento inclusivo no Brasil, vem sendo intensificado. As pesquisas, que possuem este tema como objeto de estudo, não ficam restritas apenas ao contexto educacional, expandindo-se para investigações na área social, profissional, e mais recentemente no lazer e esporte

Como a inclusão passou a ser um desafio para todos os segmentos da sociedade, os profissionais da Educação Física, também inseridos nesse contexto, vêem-se diante de uma situação, que até então não era discutida.

A proposta do sistema inclusivo, está oportunizando a participação de pessoas com necessidades especiais em ambientes até então exclusivos apenas aos “ normais”. Sendo assim, é importante que se compreenda o processo pelo qual o fenômeno da inclusão ocorre

Nesse desencadear, cabe nesse momento, tecer alguns comentários sobre o esporte com suas dimensões sociais, para a busca da viabilização do esporte como atividade inclusiva.

A leitura sobre esporte remete para momentos de compreensão histórica da sociedade como um todo, uma vez que as atividades esportivas fizeram e ainda fazem parte do processo de construção do homem no seu meio cultural. Ao esporte foi atribuído várias facetas, ora sendo excluído da classe dominante, somente aos burgueses era permitido a prática do esporte. Em outro momento, sendo apresentado como atividade popular, garantindo a todos o acesso à prática esportiva.

Quando se busca uma definição para o esporte é comum encontrar três componentes fazendo parte deste: o esforço muscular, a competição e a institucionalização. O esforço muscular refere-se a atividade física; a competição refere-se a rivalidade e a institucionalização supõe que os acontecimentos esportivos acontecem segundo normas específicas e reconhecidas, e fazem com que sua organização seja possível. ( BRIGATTI,1994 )

O século XX foi marcado por constantes estudos, tanto por profissionais da área de Educação Física, Psicologia, Sociologia entre outros, visando compreender a extensão e as formas pelas quais o esporte se consolidou como um dos fenômenos de destaque deste século

TUBINO ( 1992 ), ao fazer um estudo sobre o esporte enquanto fenômeno social, apresenta três formas de manifestações esportivas: a) esporte-educação: esporte como manifestação educacional, e indispensável na formação e no processo de emancipação dos jovens; b) esporte-participação ou esporte-popular: é referenciado como o princípio do lazer lúdico, o uso do tempo livre, e tem como finalidade o bem estar social dos seus participantes, c) esporte-performance ou de rendimento: é uma das mais antigas concepções do esporte, é o esporte espetáculo, praticado apenas por talentos esportivos.

Diante do exposto, quando o termo inclusão é utilizado no esporte, o mesmo refere-se a participação de pessoas com e sem necessidades especiais, com metas e objetivos semelhantes, em quaisquer destas dimensões.

A participação conjunta na busca da inclusão, gera uma situação que necessita reflexão. Como proporcionar a prática do esporte para pessoas que possuem, habilidades, realidade, cultura, limitações físicas, cognitivas, comportamental, entre outras, tão variadas?

Certamente, apenas oportunizar a prática da atividade esportiva não garantirá automaticamente a inclusão. Para que esta ocorra, é importante que todos os envolvidos estejam fazendo parte do objetivo da atividade, seja ele educacional, lazer

ou rendimento. A existência de objetivos pessoais que atendam as características, interesses ou ainda as necessidades individuais, tornará o esporte interessante para todos.

A Educação Física Adaptada pode proporcionar oportunidades de inclusão quando utilizam suas habilidades através de atividades motoras, jogos e desporto a fim de desenvolverem o máximo de suas capacidades.

Segundo BUENO E RESA (1995), a Educação Física se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, nos programas especiais, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas as suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem no mesmo mundo que os demais. Entende-se que o Programa de Educação Física Adaptada possibilita ao educando a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação ao meio.

## **2.2 – INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO ATRAVÉS DO JOGO**

### **2.2.1 O SIGNIFICADO DO JOGO E DO BRINQUEDO NO PROCESSO INCLUSIVO**

Para que se possa refletir o jogo no contexto da Educação Física orientada por uma perspectiva crítica, dedica-se atenção às concepções e orientações mais específicas que norteiam a apreensão do jogo na relação com a deficiência mental nas abordagens construtivista de Piaget e sócio-histórica segundo Vygotsky. Essas teorias tentam explicar o desenvolvimento cognitivo por considerar que seus estudos sobre a interação sujeito/objeto melhor encaminham a compreensão da forma como as pessoas com deficiência mental aprendem e se desenvolvem e, também, pela dicotomia existente entre biológico e social, que acaba determinando alguns fundamentos que direcionam a prática de atividades para essas pessoas.

Segundo Piaget ( 1978 ) o jogo é uma atividade regida por regras. O uso de objetos de acordo com sua finalidade própria, para obter resultados reais, em vez de

somente figurá-las na imaginação, opera uma situação de transição entre a ação com objetos concretos e com significados.

Vygotsky ( 1991 ) indica que o jogo facilita o desenvolvimento da imaginação e da criatividade, destaca que a imaginação nasce do jogo; para ele o jogo é de origem social. O autor parte da análise do social para compreender como o individuo adquire o conhecimento.

Numa outra perspectiva, a teoria de Piaget dá conta da forma como a criança apreende o mundo, como ela se apropria dos conhecimentos e como ela interage com eles e com diferentes objetos e indivíduos. Piaget partiu do estudo do individuo para compreender como ele constrói os conhecimentos.

As idéias de Vygotsky a respeito do jogo são muito significativas e ampliam a visão piagetiana, quando sugerem, como característica que define o jogo, o fato de que nele uma situação imaginária é criada pela criança. O brincar da criança é imaginação em ação, sempre havendo regras. Além disso ele atribui importância extrema a zona de desenvolvimento proximal ou potencial para explicar o que uma criança é capaz de fazer com o auxílio de pessoas mais experientes.

Nesse sentido, para a criança deficiente mental observa-se que, na perspectiva Piagetiana, acontece uma limitação no desenvolvimento e na aprendizagem dessas pessoas `as suas características endógenas, gerando conseqüências pedagógicas evidentes, pois as praticas assim se caracterizam pela priorização do desenvolvimento de habilidades deficitárias para educar os deficientes mentais, considerando-se o não alcance dos estágios mais elevados de desenvolvimento.

A criança deficiente mental, em aulas de Educação Física, tem condições de desenvolver, quando são proporcionados meios que favoreçam esse desenvolvimento, ou seja, com base em adaptação ou modificação quando necessário. São também importantes as mediações sociais e afetivas que devem ser proporcionadas de forma coletiva, particularmente na ação com a criança, pois a natureza dessas mediações feitas por um parceiro mais experiente ou pelo professor através do jogo permitem a criação de situações imaginarias. Isso leva ao desenvolvimento do pensamento

abstrato, à regulação das manifestações secundárias da deficiência, pois novos relacionamentos são criados entre significados, objetos e ações.

O jogo é visto como um eixo pedagógico diferenciado, que nos permite reafirmar o seu benefício e importância, em suas diversas formas de manifestação, para o desenvolvimento de crianças deficientes mentais e também como um instrumento mediador para os profissionais que lidam com essa área do conhecimento. Como o universo lúdico da criança deficiente mental é, às vezes, restrito pela influência do meio onde vive ou a falta de informação da família, ela deixa de viver experiências que proporcionem chances de generalização de conceitos e de abstrações.

Nesse sentido, a utilização do jogo no contexto da Educação Física, é dada a chance à criança deficiente mental de se movimentar e se conhecer como ser social. Os jogos em grupos podem ser utilizados para favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e moral, estimulando atitudes de cooperação e respeito mútuos. A dinâmica do jogo em grupo permite que a criança espere sua vez de jogar e falar, compreenda ordens, respeite o direito do outro, siga normas e regras, acostumando-se a ganhar e perder em interação com o grupo, com possibilidades de criação, adaptação e transformação.

O jogo possibilita a atualização das funções em desenvolvimento. Os jogos de exercício, consistem em repetir as atividades já adquiridas, permitindo a cada esquema ou estrutura explorar seu domínio, solidificar-se e estender-se para originar novos resultados, como se explorasse todas as suas possibilidades.

Os jogos de exercício se transformam em jogos de experimentação, quando buscam o novo. Inicialmente, buscam fazer durar um resultado interessante, descoberto por acaso, mas depois o novo passa a ser interessante em si mesmo e a criança procura criar o novo variando seus movimentos, chegando a uma espécie de experimentação das possibilidades oferecidas por seu corpo e pelo meio. O caráter da atividade muda, inicialmente havia primazia do resultado interessante, agora primazia da atividade.

Os aspectos formativos do jogo foram inseridos tardiamente no universo escolar, visto que sempre foi considerado como uma tarefa desvinculada do trabalho, sendo este o objetivo principal da escola. Entretanto sabe-se que o jogo tem um papel importante nas relações entre brinquedo e trabalho na escola, pois torna concreta a idéia do aprender divertindo-se. Desde a antigüidade o jogo tem um sentido social, muitas vezes vinculado ao aspecto religioso, tendo a simulação lúdica como forma de expressão cultural. Os jogos poderiam destacar-se no teatro, na mímica, na dança e eram efetuados geralmente por escravos que eram assistidos por expectadores. Para os gregos, romanos e astecas o jogo era tido como um espetáculo, um ato oferecido aos deuses como presente. Com o surgimento do cristianismo o jogo passa a ter uma conotação repressiva e controladora, pois tudo era considerado como pecado empobrecendo os ideais lúdicos do jogo e do brinquedo. Durante a Idade Média o jogo foi considerado “não sério” por sua associação ao jogo do azar, bastante divulgado na época. O Renascimento vê a brincadeira como uma conduta livre que favorece o desenvolvimento da inteligência e facilita o estudo. É uma nova forma de perceber o jogo e a criança passa a ser dotada de valor positivo, de uma natureza boa que se expressa espontaneamente por meio do jogo, perspectiva que irá fixar-se com o romantismo.

Através da consciência poética do mundo, esta fase da história humana passa a reconhecer na criança uma natureza semelhante a alma do poeta e a considerar o jogo sua forma de expressão, onde a imitação e a brincadeira são dotadas de espontaneidade e liberdade. No século XVIII passa-se a observar as brincadeiras infantis e a capacidade imitativa da criança, onde o conhecimento desta torna-se via de acesso às origens humanas criando-se uma equivalência entre povos primitivos e a infância para se entender a mesma como a idade do imaginário, da poesia, de forma semelhante aos povos do tempo mitológico. Esta teoria é denominada Recapitulação. Surgem, neste período, novas intenções pedagógicas onde o jogo se expande como elemento do processo educacional por meio dos princípios inovadores, sugeridos por

Rousseau, Pestalozzi e especialmente Froebel. Em tempos atuais os estudiosos do assunto tentam equilibrar jogo e educação, para que o contexto formativo não seja superado pelo lúdico, sem que este perca suas características de liberdade, prazer e diversão. Para que se possa entender o papel do brinquedo como fator de desenvolvimento da criança é necessário que se acompanhe sua autogênese desde os primeiros meses do bebê, visto que é nesse período que desperta a necessidade de convivência com a fantasia para que possa reestruturar suas relações com o mundo. O brinquedo oferece ao bebê uma longa série de experiências da etapa do desenvolvimento. O brinquedo possui muitas das características dos objetos reais, mas pelo seu tamanho, pelo fato de que a criança exerce domínio sobre ele, pois o adulto outorga-lhe a qualidade a algo próprio e permitido, transforma-se no instrumento para o domínio de situações penosas, difíceis, traumáticas, que se engendram na relação com os objetos reais. Além disso, o brinquedo é substituível e permite que a criança repita, à vontade, situações prazenteiras e dolorosas que, entretanto, ela por si mesma não pode reproduzir no mundo real.

Quando a criança passa a exercer papel social dentro da escola, muitas de suas experiências são novamente vivenciadas dentro das brincadeiras. Em cada brinquedo sempre se esconde uma relação educativa. Ao fazer seu próprio brinquedo, a criança aprende a trabalhar e a transformar elementos fornecidos pela natureza ou materiais já elaborados, constituindo um novo objeto, seu instrumento para brincar. Outras vezes, ela se aproveita de artigos nem de longe concebidos como brinquedo, adaptando-se às suas necessidades e experiências lúdicas. Para a criança, a brincadeira é a melhor maneira de se comunicar, um meio para perguntar e explicar, um instrumento que ela tem para se relacionar com outra criança. Para MARINHO (1992), a presença do amor e da agressão nas brincadeiras infantis correspondem às tentativas de descoberta do EU da criança. Portanto, o amor e a agressão são componentes estruturantes na formação da sua personalidade. Além de ser um espaço de conhecimento sobre o mundo externo, é na brincadeira que a criança também pode conviver com seus sentimentos internos. A presença da agressividade, portanto, não deve ser censurada;

pelo contrário, é importante que seja preservado esse espaço para que a criança possa expressar seus sentimentos em momentos em que não está realmente zangada, pois embora possa haver conflitos entre o amor e o ódio, ela sabe que esse espaço é o da brincadeira e que pode terminar o jogo no momento que quiser. Enquanto o adulto interpreta o brinquedo como uma fuga dos problemas e da rotina desgastantes do dia a dia, onde ele relaxa e esquece das obrigações, a criança utiliza o brinquedo para experimentar o mundo, saciar a curiosidade, aprender a vencer seus medos, enfim, desenvolver-se criativamente para enfrentar novas situações que a interessem.

A criança está aprendendo a viver no mundo dos adultos, age “como se fosse” o objetivo da brincadeira. Ela é um espaço de aprendizagem onde a criança atua além do seu comportamento cotidiano e das crianças de sua idade. Na brincadeira, ela age como se fosse maior do que é, realizando simbolicamente o que mais tarde realizará na vida real. A riqueza do brinquedo decorre de sua capacidade de instigar a imaginação infantil. E não, como muitos acreditam, da possibilidade de imitação de gestos, informações, atitudes e crenças vinculadas na situação de brinquedo.

O brinquedo ajuda a criança a descobrir-se como ser único e que merece atenção. Ele também participa de seus momentos mais dolorosos. Serve como catalisador de um sentimento de raiva, frustração ou perda. Os sentimentos negativos não são bem compreendidos pelas crianças, exceto quando brincam, pois ali, na brincadeira não precisam sentir-se culpadas pelo medo ou raiva que guardam consigo. O brinquedo as ajuda a elaborar papéis que terão de exercer no futuro. É uma invasão ao mundo dos adultos, mas com aspecto desinteressado que só a imaginação pode oferecer.

O brinquedo é instrumento que lhes possibilita a expressão criativa de seus sentimentos em relação ao mundo que as rodeia e que ainda não compreendem. Segundo BETTELHEIM (1988),” o brincar da criança não está somente apoiado no presente, mas paralelamente responde questões do passado e tenta projetar-se no futuro “. Se uma menina brinca com bonecas, pode estar não só resolvendo conflitos atuais como também antecipando um futuro papel a ser vivido no futuro. O brincar

de boneca sugere a representação de sentimentos às vezes, antagônicos, como o amor pela mãe e o ciúmes de um irmão. Através dessa expressão lúdica a criança poderá extravasar seu conflito de forma saudável, sem sentir-se culpada por demonstrar seus sentimentos negativos.

A atividade lúdica infantil inclui também brincadeiras que não têm qualquer técnica em particular, sendo simples exercícios. Pode-se notar que, desde quando são bem pequenas, ainda bebês, as crianças se dedicam a jogos de repetir ações como sacudir um chocalho, balançar objetos pendentes sobre o berço ou jogá-los no chão repetidas vezes. O movimento repetido exerce profundo fascínio nesta fase. Afirma-se com isso que os jogos de exercício são a primeira forma de brincadeira da criança. Através dos jogos de regras, a criança cria condições de superar as próprias limitações, visto que a repetição provoca a segurança de que aprendeu o exercício, logo depois passa a explorar novo exercício até conseguir dominá-lo e novamente expandir sua capacidade.

Os jogos como “faz-de-conta” abrem espaço, progressivamente, para os jogos com regras. O jogo com regras é, por isso, a atividade do ser socializado, sendo muito difícil para uma criança de três ou quatro anos participar de um deles. O jogo é uma ação livre, sentida como fictícia e situada fora da vida comum, capaz não obstante, de absorver totalmente o jogador, ação despojada de qualquer utilidade que se realiza num tempo e num espaço estritamente definidos; desenvolve-se com ordem, segundo regras estabelecidas e suscita, na vida, relações de grupo que, saborosamente, se rodeiam de mistério ou que acentuam mediante o disfarce o quão estranhos são ao mundo habitual. Para VYGOTSKY (1984), o brincar é definido pela situação imaginária criada pela criança, e que tende a suprir necessidades que mudam conforme a idade.

Com o crescimento surgem novas necessidades que poderão ser satisfeitas através da capacidade imaginária da criança. Vygotsky entende a brincadeira como uma atividade movida pela imaginação, atividade consciente, que se desenvolve conforme seu crescimento. Isto significa que as crianças muito pequenas ainda não possuem tal capacidade. Vygotsky dá importância à ação e ao significado no brincar.

Segundo ele, uma criança com menos de três anos não consegue envolver-se em uma situação imaginária, pois é só brincando que ela pode começar a compreender o objeto não da forma que ele é, mas como gostaria que fosse. É na brincadeira que o objeto perde sua característica real e passa a ter o significado que lhe dão. Já na idade escolar torna-se uma atividade mais limitada que possui um papel específico e tem um significado diferente, do dado por uma criança menor. É visto com isso, que o brinquedo cria relações do imaginário com o real

A criança só desenvolve a consciência de seu EU a partir da consciência que tem do outro e também a partir da linguagem, que lhe propicia subsídios para interagir com o mundo que deseja descobrir. A consciência não está dada desde o início e não surge espontaneamente da natureza: a consciência é gerada pela sociedade, nela se produz. Portanto, é possível formular uma teoria materialista da criatividade, contanto que se leve em conta que é a ação criativa social o ponto de partida, e que a imaginação é produto do meio e não de mentes prima, pela aprendizagem essas aquisições se encontram unidas a todos os problemas relativos à construção sensório-motora e mental . Para Wallon (NEGRINE, 1994,p. 29- 30) : O jogo para as crianças é expansão , e nesse sentido, se opõe à atividade “séria” que é o trabalho. (...) A compreensão infantil é tão somente uma simulação que vai do outro a si mesmo, e de si mesmo ao outro. A imitação como instrumento dessa fusão representa uma ambivalência que explica certos contrastes nos quais o jogo encontra alimento.

Ao estudar o brinquedo e os materiais pedagógicos, enquanto estruturadores do conhecimento e do saber, pode-se chegar a diversas conclusões. Brinquedos, jogos e materiais pedagógicos não trazem em seu contexto um conhecimento pronto e definido, trazem ao contrário, um conhecimento potencial que pode ou não ser descoberto pelo aluno. Todo o material pedagógico não deve ser contemplado como algo igual para todos. É , na verdade , um recurso dinâmico que altera-se em função do simbolismo e da imaginação de quem o utiliza. O aspecto interpessoal do material lúdico pode ser positivo, desencadeando novas relações sociais entre as pessoas, ou negativo, podendo causar estagnação entre relações de outro grupo social. Cada material

pedagógico carrega consigo uma carga histórica não só dos que o utilizam (professor-aluno) como também da cultura de uma determinada época.

## **CAPITULO III**

### **DESPORTO E DEFICIÊNCIA**

O início do desporto para pessoas portadoras de deficiência começa, em 1918, quando um grupo de lesionados da Primeira Grande Guerra, na Alemanha, reúne-se para praticar esporte. O esporte, como prática para pessoas deficientes físicas, efetivou-se na Inglaterra, no ano de 1944, mais precisamente em Aylesbury, onde foi construído o Hospital de Stoke Mandevile. O médico alemão de origem judaica, Sir Ludwig Guttman introduziu, então, atividades esportivas como parte essencial do tratamento medico para recuperação das incapacidades geradas por lesões medulares. Depois de estudar exaustivamente o gesto esportivo, como forma terapêutica e de integração social, iniciou o que se tornaria o desencadeador da pratica desportiva entre os portadores de deficiência, adaptando a prática de atividades físicas ao processo de reabilitação em seus pacientes ( VARELA, 1991 ). A reabilitação buscou na atividade física, novos caminhos para possibilitar a interação dessas pessoas com a sociedade, evidenciando as capacidades residuais dos portadores de deficiência física através do esporte.

Por ocasião dos Jogos Olímpicos de Verão, que aconteceram na Inglaterra, em 1948, o Dr. Guttman se aproveita do evento para criar os Jogos Stoke Mandeville para paraplégicos.

Os Jogos de Stoke Mandeville para paraplégicos passam a acontecer anualmente, em 1952, um grupo de atletas da Holanda é convidado por Guttman para participar das competições. Tal fato contribuiu para, a partir dessa data surgir a mudança do nome: Jogos de Stoke Mandeville para Jogos Internacionais de Stoke Mandeville ( MATTOS, 1990 )

A partir daí, esforços foram somados para que, em 1960, acontecessem oficialmente os 1º Jogos Paraolimpicos.

Desde então, foi instituído pela Organização Internacional dos Esportes, que os Jogos Paraolímpicos acontecessem na mesma época e na mesma cidade que os Jogos Olímpicos.

Atualmente as deficiências que participam das Paraolimpíadas são atletas com as seguintes deficiências.

- Amputados;
- Cegos;
- Paralisados cerebrais,
- Nanismo;
- Espinha bífida;
- Lesões medulares.

O portador de deficiência física tem poucas oportunidades de se movimentar, jogar ou praticar esporte, quer seja em uma escola ou fora dela.

As experiências motora dos deficientes físicos poderão ser ampliados através do conhecimento de novas possibilidades de movimentos, novos jogos adaptados às suas limitações e potencialidades.

A atividade física e/ou esportiva, para pessoas portadoras de deficiência, significa a oportunidade de testar suas possibilidades, prevenir contra deficiências secundárias e promover a integração total do indivíduo; ( consigo mesmo e com a sociedade ) Os objetivos a serem desenvolvidos dentro da educação física e/ou esportes com pessoas portadoras de deficiência física devem considerar sempre as limitações e potencialidades individuais do educando, bem como as atividades propostas, cujos objetivos devem englobar:

- o desenvolvimento da auto –estima;
- a melhoria da auto-imagem;
- o estímulo a independência;
- a interação com outros grupos;
- a experiência intensiva com suas possibilidades de limitações;
- o contato com outras pessoas, deficientes ou não;

- o desenvolvimento das potencialidades;
- a vivência de situações de sucesso, possibilitando a melhoria da auto-valorização e auto-confiança;
- a melhoria das condições organo-funcional ( aparelhos circulatórios, respiratório, digestivo, reprodutor e excretor )
- o aprimoramento das qualidades físicas entre elas: resistência, força e velocidade;
- o desenvolvimento das habilidades físicas como: coordenação, ritmo, equilíbrio;
- a possibilidade de acesso à prática do esporte como lazer, reabilitação e competição;
- o estímulo das funções do tronco e membro superiores;
- a prevenção de deficiências secundárias;
- o estímulo à superação de situações de frustração.

### 3.1 MODALIDADES ESPORTIVAS

As modalidades esportivas para os portadores de deficiências físicas são baseadas na classificação funcional e atualmente apresentam uma grande variedade de opções. As modalidades olímpicas são o arco e flecha, atletismo, basquetebol, bocha, ciclismo, equitação, futebol, halterofilismo, iatismo, natação, rugby, tênis de campo, tênis de mesa, tiro e voleibol ( ABRADACAR, 2002). Apresentaremos algumas das modalidades esportivas, as mais conhecidas, que podem ser praticadas pelos deficientes físicos, sendo:

**Arco e flecha:** Esta modalidade esportiva pode ser praticada por atletas andantes como amputados ou por atletas usuários de cadeiras de rodas como os lesados medulares. Todas as deficiências físicas podem participar desta modalidade esportiva, respeitando estas duas categorias, em pé e sentado. A

participação em competições e o sistema de resultados são semelhantes à modalidade convencional olímpica.

**Atletismo:** As provas de atletismo podem ser disputadas por atletas com qualquer tipo de deficiência em categorias masculina e feminina, pois os atletas são divididos por classes de acordo com o seu grau de deficiência, que competem entre si nas provas de pistas, campo, pentatlo e maratona. Esta é uma modalidade esportiva que sofre freqüentes modificações, visando possibilitar melhores condições técnicas para o desenvolvimento desta modalidade.

**Basquetebol sobre rodas:** é jogado por lesados medulares, amputados, e atletas com poliomielite de ambos os sexos. As regras utilizadas são similares à do basquetebol convencional, sofrendo apenas algumas pequenas adaptações.

**Bocha:** Esta modalidade esportiva foi adaptada para paralisados cerebrais severos. O objetivo do consiste em lançar as bolas o mais perto possível da bola branca

**Ciclismo:** Neste esporte participam atletas paralisados cerebrais, cegos com guias e amputados nas categorias masculina e feminina, individual ou por equipe. Pequenas alterações foram realizadas nas regras do ciclismo convencional, melhorando a segurança e a classificação dos atletas de acordo com sua deficiência, possibilitando adaptações nas bicicletas. Os atletas participam de provas de estrada, velódromo e contra-relógio.

**Equitação:** Os deficientes físicos participam deste esporte apenas na categoria de habilidades. Para isto é necessário analisar os possíveis deficientes que podem participar

**Esgrima:** Este esporte é praticado por atletas usuários de cadeira de rodas como os lesados medulares, amputados e paralisados cerebrais em categorias masculina ou feminina. Estes atletas participam das modalidades de espada, sabre e florete, sendo provas individuais ou por equipes. Para participação em eventos competitivos todos os atletas são presos ao solo, possuindo os movimentos livres para tocar o corpo do adversário.

**Futebol:** Nesta modalidade esportiva, sendo que o atleta portador de paralisia cerebral compete na modalidade de campo e o atleta amputado compete na modalidade de quadra. Alterações nas regras como o número de jogadores, largura do gol e da marca do pênalti estão presente.

**Halterofilismo:** Esta modalidade esportiva é aberta a todos os atletas portadores de deficiência física do sexo masculino e feminino. A divisão de acordo com o peso corporal em 10 categorias

**latismo:** Todos os atletas deficientes podem participar, as modificações são realizadas apenas no equipamento e na tripulação, não havendo alterações nas regras da competição.

**Lawn Bowls:** é um esporte similar a Bocha, sendo este aberto à participação de todas os portadores de deficientes físicas

**Natação:** As regras são as mesmas da natação convencional com adaptações quanto às largadas, viradas e chegadas. As provas são variadas e os estilos abrangem os estilos oficiais. As competições são realizadas entre atletas da mesma classe. Podem participar desta modalidade esportiva portadores de qualquer deficiência, sendo agrupados os portadores de deficiência visual e os demais.

**Racquetball:** Este esporte pode ser praticado por atletas paralisados cerebral, é possui características similares ao tênis de mesa.

**Rugby em cadeira de rodas:** Esta modalidade foi adaptada para lesados medulares com lesões altas - tetraplégicos - que realizam um jogo com bola de voleibol com objetivo de marcar pontos ao fazer com que a bola ultrapasse uma determinada linha no fundo da quadra.

**Tênis de campo:** Esporte realizado em cadeiras de rodas, independente do tipo de deficiência física que o atleta possua nas categorias masculina e feminina. As regras sofrem apenas uma adaptação em relação ao tênis de campo convencional, sendo esta que a bola pode quicar duas vezes, a primeiro pingo deverá ser dentro da quadra. As categorias são: masculino e feminino, individual e em duplas.

**Tênis de mesa:** Deficientes físicos como o lesado cerebral, lesado medular, amputados ou portador de qualquer tipo de deficiência física pode-se participar desta modalidade esportiva, onde as provas são realizadas em pé ou sentado. As provas podem ser realizadas em duplas e individuais, sendo a classificação de acordo com o nível de deficiência. As regras sofrem poucas modificações, em relação ao tênis de mesa convencional.

**Tiro ao alvo:** Esporte aberto a atletas com qualquer tipo de deficiência física do sexo masculino ou feminino, nas categorias sentado e em pé. As equipes podem possuir atletas de ambos os sexos e diferentes tipos de deficiência física. As provas podem ser realizadas utilizando pistola ou carabina.

**Voleibol:** Poderá ser praticado por atletas Lesados medulares que participaram da modalidade de voleibol sentado e os amputados, que participarão desta modalidade em pé.

A participação de portadores de deficiência física em eventos competitivos no Brasil e no mundo vem sendo ampliada. Por serem um elemento ímpar no processo de reabilitação, as atividades físicas e esportivas, competitivas ou não devem ser orientadas e estimuladas, visando assim possibilitar ao portador de

deficiência física, mesmo durante seu programa de reabilitação alcançar os benefícios que estas atividades podem oferecer, visando uma melhor qualidade de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é raro ver nas instituições escolares visões estereotipadas acerca dos alunos com necessidades especiais, pois aí são encontradas muitos desses alunos e muitos profissionais que, por falta de conhecimento científico da questão, estão deixando a desejar enquanto educadores que são, com a grande missão de tornar a vida destes indivíduos um pouco melhor, no sentido de ajudá-los a desenvolver suas competências e habilidades humanas, ainda que apresentem dificuldades e/ou deficiências em seu comportamentos. Isto significa dizer que a escola de hoje necessita urgentemente sofrer uma série de transformações na busca da qualidade de ensino e educação. Portanto, pais, professores, pedagogos e administradores escolares devem aliar-se em vários aspectos para que a grande missão da escola não seja mais mascarada, como vem sendo, em que vidas são aniquiladas por não poderem contar com pessoas competentes que as possam ajudar a crescer e ocupar seu lugar de cidadãos no mundo globalizado.

A inclusão de alunos nas escolas exige novos posicionamentos e um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. Exige também uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das instituições escolares. Os alunos precisam ser educados para a vida e não para freqüentarem apenas a uma universidades ou terem uma profissão como se isso bastasse para alcançar o sucesso. É preciso compreender que a escola precisa cumprir o seu papel no mundo de ferramentar seus alunos para que alcancem a cidadania plena e possam alcançar, com isso, autonomia para dirigirem seu próprio caminhar, participando sempre do processo democrático político e filosófico da sociedade em que se inserem.

Os deficientes, desde os primórdios da civilização, foram vistos como indivíduos incapazes de contribuir para o fortalecimento da sociedade humana e assim, abandonados à própria sorte, ficaram à margem do processo social. Mas com o passar do tempo, com o amadurecimento das populações mundiais, embasado em pesquisas científicas relacionadas às necessidades especiais, a visão que se tinha diante das

peças portadoras de necessidades especiais mudou e, de lá para cá, algumas mudanças têm sido processadas no sentido de dar melhor suporte para que essas pessoas possam desabrochar.

São vários os tipos de deficiências encontrados nas escolas: deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla. As deficiências são, segundo a Organização Mundial de Saúde, conceituadas como representação de qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Isso implica dizer que o indivíduo que apresenta qualquer uma ou mais dessas deficiências não pode ser confundido com incapaz ou portador de doença, mas como alguém que deve ser trabalhado para desenvolver suas capacidades intelectuais e físicas, visto que ambas as partes estão interligadas.

A ciência da motricidade, objeto de estudo da Educação Física Adaptada, vem contribuir significativamente para que os indivíduos portadores de necessidades especiais possam, através do trabalho do movimento, possam desenvolver a sua parte cognitiva, afetiva e social. A Educação Física Adaptada pode proporcionar oportunidades de inclusão quando utilizam suas habilidades através de atividades motoras, jogos e desporto, a fim de desenvolverem o máximo das capacidades de seus educandos. Ela se constitui em uma grande área de adaptação, ao permitir, nos programas especiais, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizadas a se integrem no mesmo mundo que os demais. Esta modalidade de educação permite também, ao educando, que possa compreender suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação ao meio.

A Educação Física Adaptada, enquanto recurso pedagógico, é de suma importância para o atendimento aos alunos especiais, visto que ela oferece múltiplas possibilidades de resgate desses indivíduos e, em muitas das vezes, a mudança radical do quadro excepcional em que se encontram.

A inclusão, deve ser vista, portanto, como algo imprescindível para extinguir-se, de vez, a exclusão dos alunos e tornar suas vidas mais dignas.

## **BIBLIOGRAFIA**

DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências . In: **Curso de atividades físicas e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação a distancia**. Rio de Janeiro: ABT: UFG, 1995, v.3.

CASTELANI FILHO, L. **Educação física no Brasil**. A história que não se conta. São Paulo: Papyrus, 1988

SASSAKI, R.K. **Inclusão/ construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro; WVA, 1997.

MATTOS, E. Esportes adaptados para portadores de deficiência física: Implicações e aplicações. In **Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada**,3,1990,Usp ANAIS ..São Paulo: 1990.

CARMO, A . A . Compreendendo a realidade da pessoa portadora de deficiência . Fundamentos históricos, filosóficos e sociais. In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação `a distancia**. Rio de Janeiro: ABT:UGF,1995, v.2.

BUENO,S.T., RESA,J.A.Z. **Educação Física para crianças com necessidades educativas especiais**. Málaga: Ed.Aljibe,1995.

SILVA, M. **A epopéia ignorada; a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. 2ed. São Paulo: CEDAS, 1986.

SAINT-LAURENT,L. **A educação de alunos com necessidades especiais**. São Paulo: Mennon,1997.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?** In: **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: MENNON, 1999.

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos Sociais.** Porto Alegre. Ed Artmed, 2003

Freitas, Patricia Silvestre de. **Noções de educação física e Esporte para pessoas portadoras de deficiência: Uma abordagem para professores de 1º e 2º graus.** Uberlândia. Graf. Breda, 1997.

NEGRINE, A . 1994. **Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil: Simbolismo e Jogo.** (1), Porto Alegre, Prodil.

BETTELHEIM, B. 1988. **Uma Vida para seu Filho.** Rio de Janeiro, Campus

MARINHO, R. 1992. **Professor da Pré-Escola.** (2), São Paulo, Vol I.

Sites.

[Intervox.nce.ufrj.br](http://Intervox.nce.ufrj.br)

[Efdeportes.com](http://Efdeportes.com)

[Espacoacademico.com.br](http://Espacoacademico.com.br)

[Sobama.org.br](http://Sobama.org.br)